



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO
GRADUAÇÃO EM TURISMO**

**EDIANDRA MARIA JÚLIA SANTANA SILVA
WESLEY GUALBERTO DO CARMO SILVA**

**CATEGORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGARASSU NA
REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO:
uma proposta de melhoria**

Recife
2022

**EDIANDRA MARIA JÚLIA SANTANA SILVA
WESLEY GUALBERTO DO CARMO SILVA**

**CATEGORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGARASSU NA
REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO:
uma proposta de melhoria**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Turismo da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na
modalidade de artigo científico, como requisito
parcial para a obtenção do grau de bacharel em
Turismo

Área de concentração: Turismo

Orientador: Prof. Dr. Luis Henrique de Souza.

**EDIANDRA MARIA JÚLIA SANTANA SILVA
WESLEY GUALBERTO DO CARMO SILVA**

**CATEGORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGARASSU NA REGIÃO
TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO: uma proposta de
melhoria**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Turismo da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de
artigo científico, como requisito parcial
para a obtenção do grau de bacharel em
Turismo

Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique de
Souza.

Aprovado em: 28/10/2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Luís Henrique de Souza
Universidade de Aveiro - UA

Examinador externo: Prof. Me. Pollyanna Fraga Graciano
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Examinador interno: Prof. Me. Carlos Eduardo Pinto Pimentel
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Recife
2022



Emitido em 10/11/2022

**APROVACAO DA BANCA Nº 243/2022 - DEPHT
(11.34.29)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/11/2022 15:13)

LUIS HENRIQUE DE SOUZA

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIORDEPHT (11.34.29)

Matrícula: 1666191

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/>
informando seu número: **243**, ano: **2022**, tipo: **APROVACAO DA BANCA**, data de emissão:
10/11/2022 e o código de verificação: **8f03802892**

**Categorização do município de Igarassu na região turística Costa Náutica Coroa do
Avião: uma proposta de melhoria**

**Categorization of the municipality of Igarassu in the tourist region Costa Náutica Coroa
do Avião: a proposal for improvement**

**Categorización del municipio de Igarassu en la región turística Costa Náutica Coroa do
Avião: una propuesta de mejora**

Ediandra Maria Júlia Santana Silva¹
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
ediandra.julia@ufpe.br

Wesley Gualberto do Carmo Silva²
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
wesley.gualberto@ufpe.br

Prof. Dr. Luis Henrique de Souza³
Universidade de Aveiro – Portugal.
luis.souza@ufpe.br

Recebido: x | Aceito: x

Resumo: A presente pesquisa explora a categorização turística aplicada no Brasil que tem como base o Programa de Regionalização do Turismo. O objetivo do trabalho é identificar as ações necessárias para que o município de Igarassu possa migrar da categoria D para C no Programa de Regionalização do Turismo. Sendo de característica qualitativa, utilizou-se a revisão de literatura do tema, buscando os documentos e relatórios técnicos gerados pelo Mapa do Turismo Brasileiro, e como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista com uma amostra de três pessoas que foram selecionadas de acordo com o perfil de entidades da gestão pública do turismo estadual e municipal. Foram identificadas as principais dificuldades encontradas pelo município para atender aos critérios da categorização e baseado nisso foram feitas as propostas de ações para que o município consiga mudar de categoria. **Palavras-chave:** Planejamento Regional de Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro. Categorização turística. Igarassu/PE.

Abstract: This research explores the tourist categorization applied in Brazil based on the Tourism Regionalization Program. The objective of the work is to identify the necessary actions so that the municipality of Igarassu can migrate from category D to C in the Tourism Regionalization Program. Being of a qualitative nature, a literature review on the subject was used, seeking documents and technical reports generated by the Brazilian Tourism Map, and as a data collection technique, interviews with a sample of three people who were selected according to the profile of public management entities of state and municipal tourism. The main difficulties encountered by the municipality to meet the categorization criteria were identified and, based on this, proposals for actions were made so that the municipality can ascend in category.

Keywords: Regional Tourism Planning. Brazilian Tourism Map. Tourist categorization. Igarassu/PE.

Resumen: Esta investigación explora la categorización turística aplicada en Brasil a partir del Programa de Regionalización Turística. El objetivo del trabajo es identificar las acciones necesarias para que el municipio de Igarassu pueda migrar de la categoría D a la C en el Programa de Regionalización Turística. Siendo de carácter cualitativo, se utilizó una revisión bibliográfica sobre el tema, buscando documentos e informes técnicos generados por el Mapa Brasileño de Turismo, y como técnica de recolección de datos, entrevistas con una muestra de tres

¹ Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, campus Recife.

² Graduando em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, campus Recife.

³ Doutor em Turismo pela Universidade de Aveiro. Portugal. Coordenador do curso de turismo do Departamento de Hotelaria e Turismo (DHT).

personas que fueron seleccionadas de acuerdo con el perfil del público. entidades gestoras del turismo estatal y municipal. Se identificaron las principales dificultades encontradas por el municipio para cumplir con los criterios de categorización y, a partir de ello, se realizaron propuestas de acciones para que el municipio cambie de categoría.

Palabras clave: Planificación Turística Regional. Mapa de Turismo de Brasil. Categorización turística. Igarassu/PE.

Introdução

No Brasil, o conceito da regionalização do turismo tem como base o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), e se tornou uma política pública que visa o planejamento, a gestão, promoção e a comercialização integrada dos destinos e atrativos turísticos em regiões que transpassam os limites geográficos municipais. Além disso, a proposta, em sua teoria, seria criar condições e oportunidades de estruturar novos destinos, potencializando a aplicação de recursos econômicos, humanos e técnicos (BRASIL, 2019).

O documento norteador do Programa de Regionalização do Turismo é constituído por um conjunto de diretrizes e estratégias de implementação que conduz ações, programas e interações institucionais com os demais setores que fazem parte da atividade turística. Existe também, uma relação de objetivos a serem almejados, são eles: abordagem territorial; integração e participação social; inclusão; descentralização; sustentabilidade; inovação e competitividade. Os municípios que se consideram turísticos e se interessam pelo Programa, submetem a documentação necessária para avaliação, caso sejam aprovados, passam a integrar o Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2013).

Segundo o Mapa do Turismo (2022), existe um total de 322 regiões turísticas no território do Brasil que abrangem os municípios turísticos, sendo estes organizados através de uma metodologia de hierarquização desenvolvida pelo Ministério do Turismo que leva em consideração a arrecadação de impostos provenientes da atividade turística, número de empregos formais em estabelecimentos hoteleiros, número de estabelecimentos hoteleiros, ambos os dados contidos no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), número de turistas domésticos e estrangeiros de acordo com o Estudo de Demanda Doméstica e o Estudo de Demanda Internacional (BRASIL, 2021).

De acordo com essa hierarquização estabelecida, os municípios pertencentes ao mapa do turismo brasileiro são classificados em 5 categorias, identificadas pelas letras A, B, C, D e E. No Mapa do Turismo brasileiro (BRASIL, 2022), atualmente as regiões turísticas brasileiras abrangem um total 2.542 municípios turísticos distribuídos em todas as macrorregiões do país, destes municípios, (2.24%) estão classificados na categoria A, (8.58%) na categoria B, (16.7%)

na categoria C, já a categoria D reúne a maior quantidade de municípios com (57.2%) da totalidade e por último a categoria E com (15.3%).

Já as regiões turísticas atuam como *clusters* para a organização do turismo nos territórios a nível nacional, macrorregional, regional e estadual. A macrorregião Centro-Oeste tem um total de 34 regiões turísticas, contendo a menor quantidade de regiões turísticas entre as macrorregiões, seguido por 43 regiões no Norte do país, logo após, o Sul com 55 regiões, o Sudeste se destaca pela maior quantidade entre as demais com 99 regiões, já o Nordeste conta com o total de 91 regiões ficando com a segunda maior quantidade. (BRASIL, 2022)

No estado de Pernambuco, o PRT se organiza em 15 regiões turísticas constituídas por 85 municípios turísticos. Além disso, podemos destacar as regiões que compõem o litoral pernambucano que é abrangido pela Rota 60 - Litoral Sul, História e Mar e pela Costa Náutica Coroa do Avião, a última região engloba os principais municípios litorâneos ao norte do Estado de Pernambuco, são eles: Olinda, Paulista, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Goiana e Igarassu. Vale salientar que o município de Igarassu é o objeto da presente pesquisa.

Para a elaboração do presente artigo, foi realizada uma pesquisa exploratória buscando os documentos técnicos e relatórios do Governo Federal, como o Plano Regional de Turismo Brasileiro com foco na categorização dos municípios e Mapa do Turismo Brasileiro, além de uma revisão bibliográfica sobre a temática. Além disso, foram realizadas entrevistas com agentes da gestão pública do turismo do estado de Pernambuco e do município de Igarassu.

O município de Igarassu foi escolhido como objeto de estudo devido ao potencial turístico existente, além de ser residência de um dos autores. Por ser um lugar com alta relevância histórica, riqueza de patrimônios materiais, imateriais e recursos naturais, surgiu o questionamento sobre a categorização da cidade no mapa do turismo brasileiro e foi constatado que estava incluído na categoria D. Visando verificar os critérios que o colocaram nessa posição e investigar as ações que possibilitem a migração para categoria C a partir de uma análise das condições atuais do município, devido à relevância de Igarassu na história pernambucana e a importância dos municípios buscarem ascender na categorização e, levando em consideração que aqueles que se encontram na categoria C têm mais acesso a recursos do PRT em relação aos que estão presentes na categoria D, segundo Silva, Silva Neto e Tabak (2022, tradução nossa). Os municípios que conseguem a migração de D para C, agregam mais valor aos seus serviços em comparação com as demais categorias do PRT.

Apesar dos recursos turísticos citados existentes, Igarassu pertence à categoria D no parâmetro do Plano de Regionalização do Turismo e diante desse contexto surge a pergunta

problema desta pesquisa: Quais seriam as principais ações necessárias para que o município de Igarassu possa migrar da categoria D para C no Mapa do Turismo Brasileiro?

A partir da pergunta problema delineada acima, esta pesquisa apresenta o objetivo geral de identificar as principais ações necessárias para que o município de Igarassu possa migrar da categoria D para C no Mapa do Turismo Brasileiro. Para a consecução deste objetivo geral, exibem-se também os objetivos específicos: Identificar os principais critérios utilizados na categorização dos municípios turísticos brasileiros; analisar os dados extraídos do mapa do turismo brasileiro relacionados aos municípios que pertencem à região turística Costa Náutica Coroa do Avião com os dados do município de Igarassu.

Referencial Teórico

Regionalização do Turismo: Planejamento e Gestão

Os processos de regionalização têm como base um conjunto de movimentações sociais em torno de objetivos em comum, podendo ser aplicados em diversas áreas como uma forma de auxiliar esses agentes interessados na administração em nível regional para que suas aspirações sejam atingidas e todos os envolvidos possam usufruir dos resultados. Atualmente, a gestão descentralizada é bastante recorrente devido ao processo de globalização que marca nosso mundo, essa atuação em conjunto acontece principalmente com objetivo econômico, onde até mesmo países com várias características diferentes conseguem explorar os fatores que se complementam para colaborar com o objetivo em comum de potencializar seus lucros e consequentemente seu desenvolvimento em diversas áreas.

A abordagem socioconstrutivista contribui significativamente para a investigação no campo da Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade, pois a regionalidade é por definição uma espécie de consciência coletiva que une os habitantes de uma região em torno de sua cultura, seus sentimentos e seus problemas. Essa consciência de fatos objetivos é decorrência de um processo que a constrói com base em elementos subjetivos, como sentimentos, significados linguísticos, crenças religiosas, aspirações, normas morais, preconceitos e valores culturais (GIL *et al*, 2013, p. 78).

No âmbito internacional, o processo de regionalização do turismo acontece de maneira adaptada a cada país que está inserido. No caso do sudeste asiático, especificamente Cingapura, Malásia e Indonésia se organizam em um triângulo de crescimento onde há colaboração mútua, de forma que poderiam se apoiar, competir entre si, com outros países, pensar no marketing de destino de forma integrada e planejar os territórios turísticos em conjunto, Henderson (2001). A regionalização do modo que foi adotado por esse grupo é um desafio, mas é uma opção viável para países com menor extensão geográfica.

A regionalização traz muitos desafios e dificuldades, mas também múltiplos benefícios e dividendos. Adotar uma mentalidade de 'grande país' oferece oportunidades de acesso a novos espaços econômicos e culturais além das fronteiras nacionais. Se as tensões que emergem superam os benefícios obtidos, continua sendo uma questão digna de mais debate e pesquisa (CHANG, 2001, p. 1617, tradução nossa).

Enquanto na Bósnia e Herzegovina foi adotado um modelo mais centralizado de regionalização do turismo. Em decorrência disso, algumas áreas possuem pouco desenvolvimento turístico e algumas chegam a não registrar seu fluxo de turistas. A Bósnia enfrenta dificuldades em destinar turistas para outras regiões do país, deixando dúvidas em seu processo de regionalização, uma vez que seu modelo é baseado diretamente nas características naturais do país (GLAMUZINA, MADŽAR e PUTICA, 2017, tradução nossa).

Regionalização do Turismo no Brasil

Em nível nacional, durante a década de 90, o processo de regionalização foi iniciado com o conceito de municipalização dos destinos turísticos com foco no desenvolvimento local sustentável e colaboração com as comunidades locais, essa ideia inicial de descentralização foi desenvolvida através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) proposto pelo MTur (BRASIL, 2007). O processo de transição do PNMT para PRT teve início em 2004 e proporcionou uma reestruturação nas políticas de planejamento de destino para agregar os municípios à região turística, “o município, orientado pelo princípio da integração regional, é levado, muitas vezes, a reestruturar sua administração pública – especificamente a que atua na área turística – seu modelo de gestão e planejamento e rever a execução e avaliação de suas ações” (BRASIL, 2007, p. 22).

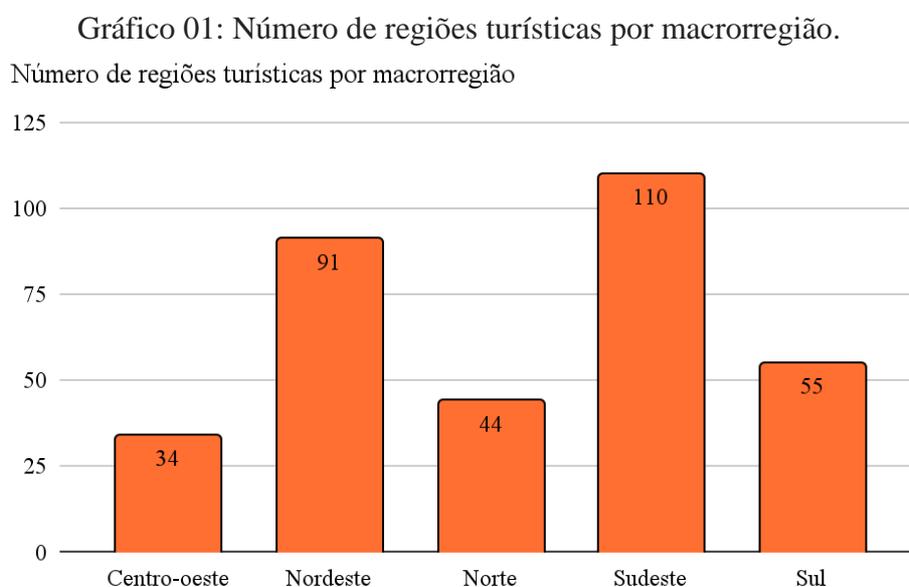
O PRT tem como objetivos a gestão descentralizada do turismo, promoção das localidades de forma regional a nível nacional. Para alcançar os objetivos gerais citados, Brasil (2013) define uma série de objetivos específicos, além disso, o documento separa a gestão nos âmbitos nacional, regional e estadual por meio de comitês e interlocutores do PRT.

Seguindo as diretrizes do Programa de Regionalização, cada Governo Federal deve lançar uma cartilha com metas a serem alcançadas até o final de seu mandato. Vale salientar que a versão mais recente estabelece metas de 2018 a 2022, são elas: “Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 milhões para 122 milhões; aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 bilhões de para US\$ 19 bilhões; Ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país; ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo” (BRASIL, 2019, p. 06).

Ademais, as estratégias de implementação do PRT se baseiam diretamente nos eixos de: gestão descentralizada do turismo, planejamento e posicionamento de mercado, qualificação profissional dos serviços e da produção associada, empreendedorismo, captação e promoção de investimento, infraestrutura turística, informação ao turista, promoção e apoio à comercialização, por fim, monitoramento. Quanto às estratégias de implementação que consta no documento de diretrizes do PRT, são ações voltadas para os quesitos de fomento, comunicação, formação e monitoramento. Tais pontos citados, em teoria, reforçam os objetivos específicos do Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2013).

Regiões Turísticas Brasileiras

As regiões turísticas presentes no Mapa do Turismo Brasileiro abrangem todas as macrorregiões brasileiras e todos os estados da federação, incluindo o Distrito Federal, no mais são um total de 334 regiões turísticas ao longo do território e englobam 2.608 municípios (BRASIL, 2022).



Fonte: Brasil, Mapa do Turismo Brasileiro (2022).

O gráfico 01 evidencia a quantidade de regiões turísticas no território brasileiro, definidos com base no Mapa do Turismo. Podemos identificar uma maior quantidade de regiões aglomeradas no sudeste e nordeste, em contraste com o Centro-oeste que possui a menor quantidade de regiões turísticas. No nordeste do Brasil, as regiões turísticas englobam uma totalidade de 586 municípios e estão presentes em todos os estados da macrorregião. Especificamente no estado de Pernambuco são um total de 15 regiões turísticas e 86 municípios pelo (BRASIL, 2022).

Categorização de Destinos Turísticos Internacionais

A categorização de destinos turísticos ocorre de forma diferente de acordo com as políticas de turismo de cada lugar. Como exemplo, podemos citar a Bósnia, que utiliza uma análise geoespacial para determinar quais são as regiões turísticas do país e classifica suas regiões turísticas com níveis de desenvolvimento turístico classificados em: Muito alto; Alto; Moderado; Baixo e Muito baixo. Esses níveis são determinados de acordo com o número do fluxo de turistas *per capita*, número de chegadas de turistas por superfície (km²) e o número de turistas domésticos e internacionais (GLAMUZINA, MADŽAR E PUTICA, 2017, tradução nossa).

Já a Polônia, identifica as regiões turísticas pelas seguintes variáveis: número de camas por unidade de alojamento, número de camas por 1.000 habitantes, número de camas durante todo o ano (%), números utilizando alojamento por 1.000 habitantes e número de dormidas por 1.000 habitantes (SOBOTKA, 2014, p. 34).

Categorização Atual Usada nos Municípios do Brasil

No Brasil, as regiões turísticas são determinadas por parâmetros mais flexíveis, que surgem de acordo com o interesse de um grupo de cidades em participar do mapa do turismo brasileiro, onde os municípios membros determinam o nome que será dado à sua região.

Somente os municípios que compõem cada região são categorizados de acordo com variáveis que podem ser vistas nos relatórios gerados no Mapa do Turismo Brasileiro que estão disponíveis ao público através do site do Ministério do Turismo, Brasil (2022). Os dados utilizados para a categorização dos municípios também são baseados nas informações fornecidas pelo próprio órgão público responsável pelo turismo em cada cidade. A categorização dos municípios que vão formar cada região turística e a distribuição de recursos para cada categoria é determinada pelo Ministério do Turismo brasileiro através de portarias.

No dia 28 de agosto de 2015, o Ministério do Turismo publica a portaria n° 144 no Diário Oficial da União, a portaria determina a categoria dos municípios que pertencem às regiões turísticas, e define a atual classificação pelo ranking A, B, C, D e E. Ela, ainda, adota a análise de clusters e cita como a categorização deve ser empregada para subsidiar a revisão de regras e critérios para a transferências de recursos de apoio e a tomada de decisão de forma estratégica na gestão no âmbito público (BRASIL, 2015).

Na portaria n° 41 do MTur do ano de 2021, o Ministério revoga cinco portarias dos anos de 2013 a 2016 e adiciona os objetivos do PRT de forma mais explícita, junto com o

organograma de gestão compartilhada e determina a atualização do Mapa do Turismo (BRASIL, 2021). O artigo 12 desta mesma portaria determina a metodologia de análise de hierarquização dos municípios turísticos brasileiros, para a análise da categorização dos municípios são levados em consideração a arrecadação de impostos provenientes da atividade turística, número de empregos formais em estabelecimentos hoteleiros, número de estabelecimentos hoteleiros regularizados, número de turistas domésticos e estrangeiros por (BRASIL, 2021).

De acordo com o Ministério do Turismo, Brasil (2022) um município para ser classificado numa determinada categoria, é necessário que os números de cada variável utilizado no seu cálculo, atinjam um número mínimo determinado, como pode ser visto no quadro 01. Porém, não é especificado no documento do PRT como é feito o cálculo dos pesos para cada variável, visto que alguns municípios não detêm de todas as informações, mas mesmo assim conseguem ser categorizados em níveis acima da categoria D (BRASIL, 2019). Esses valores médios não padronizados, foram encontrados em um documento de perguntas e respostas sobre a categorização do ano de 2019 e até o momento da pesquisa não foi divulgada uma atualização desses números, além de estar separado do documento de diretrizes do PRT:

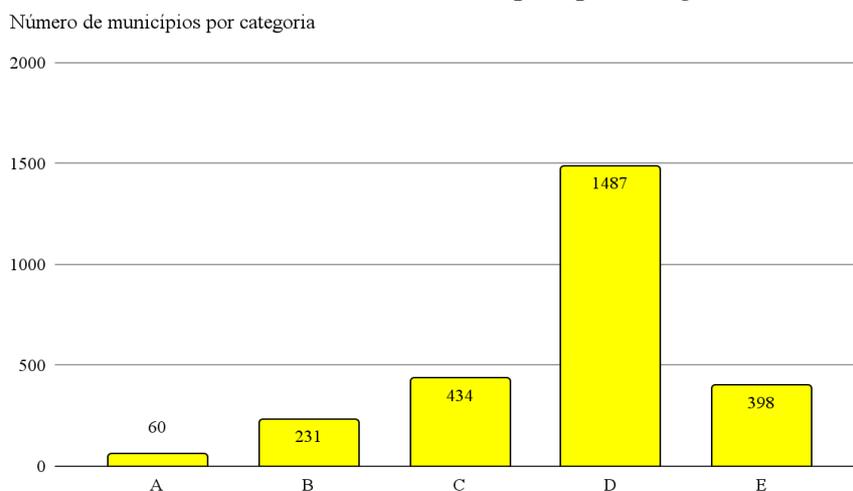
Quadro 01: Caracterização das categorias a partir de variáveis.

Caracterização das Categorias a partir das variáveis							
Categoria	Nº de municípios	% de municípios no mapa	Valor médio (não padronizado)				
			Qnt. empregos formais de hospedagem	Qnt. estabelecimentos formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos	Arrecadação nos estabelecimentos de hospedagem
A	62	2,30%	2.267	123	133.973	1.580.039	R\$ 40.357.359,91
B	257	9,54%	277	25	5.810	168.844	R\$2.843.975,05
C	476	17,67%	58	8	746	41.853	R\$518.588,76
D	1522	56,5%	8	2	144	7.027	R\$67.587,08
E	377	13,99%	0	0	0	0	0

Fonte: Brasil, Mapa do Turismo Brasileiro (2019).

No gráfico 02 a seguir é possível observar o número de municípios turísticos por categoria. Os municípios turísticos brasileiros têm em sua maioria a classificação D com o total de 1487 de municípios, predominando (57%) do total apresentado.

Gráfico 02: Número de municípios por categoria.

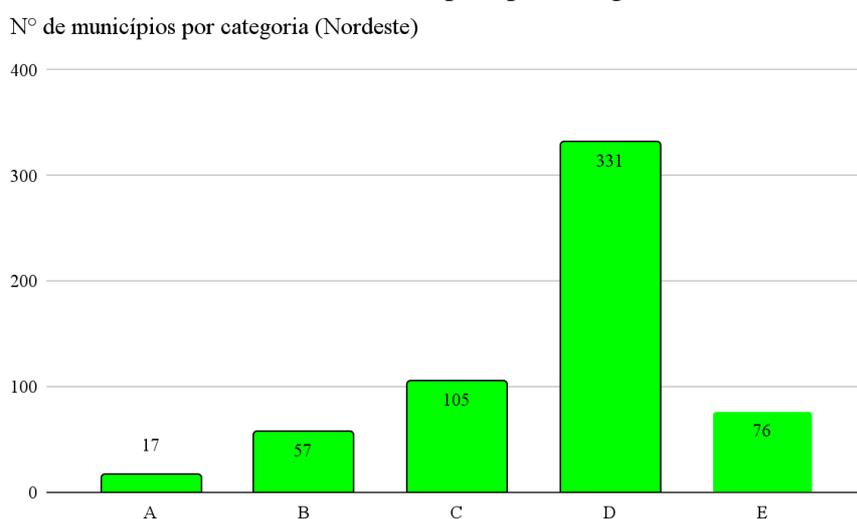


Fonte: Brasil, Mapa do Turismo Brasileiro (2022).

Em menor quantidade ficam as cidades de classificação A, com 60 municípios e representando um total de (2.30%) do total de municípios, seguidos por C, E, e B que representam respectivamente 434 municípios (16.6%), 398 municípios turísticos (15.2%) e 231 municípios que totalizam (8.85%) (BRASIL, 2022).

O Nordeste como a segunda maior macrorregião em quantidade de regiões turísticas do Brasil não tem um cenário muito diferente do nacional, como pode ser visto no gráfico 03, já que a maioria dos municípios é de categoria D e as capitais e trechos dos litorais são de categoria A no nível de classificação do PRT (BRASIL, 2022).

Gráfico 03: Número de municípios por categoria (Nordeste).



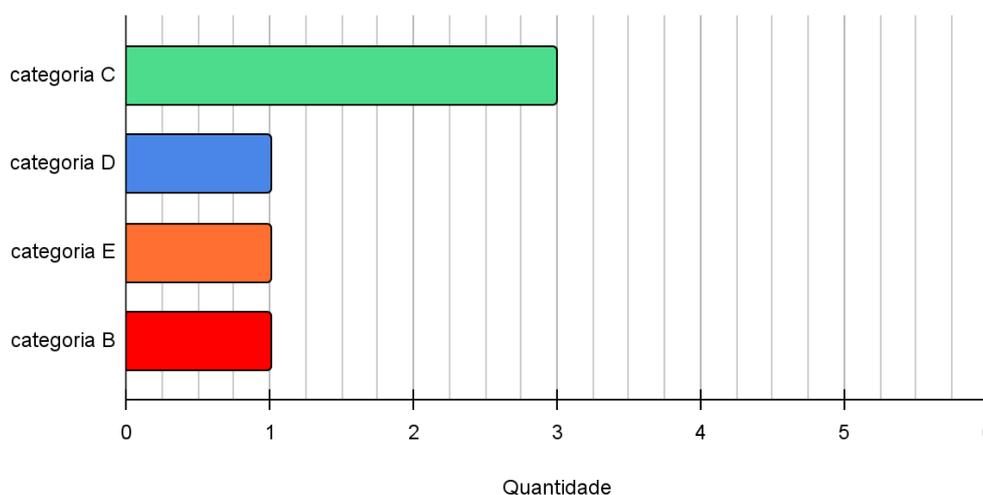
Fonte: Brasil, Mapa do Turismo Brasileiro (2022).

No gráfico acima, é possível observar a predominância dos municípios nordestinos de categoria D No Mapa do Turismo, totalizando 331 municípios (56.5%) a nível macrorregional, seguidos pela categoria C com 105 municípios (17.9%), categoria E com 76 municípios (13%), categoria B com 57 (9.73%) e por fim a categoria A com 17 municípios (2.90%) da macrorregião nordeste. Assim como no Brasil e no Nordeste, o estado de Pernambuco tende a obter indicadores semelhantes no quesito de classificação de municípios, com disparidade entre a quantidade de cidades com classificação A e B em relação ao número de C, D e E (BRASIL, 2022).

Como pode ser visto no gráfico 04, com os dados obtidos através do Mapa do Turismo do Brasil, a região turística Costa Náutica Coroa do Avião que é a região onde se encontra o objeto de pesquisa, há um total de 6 municípios, são eles: Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Olinda e Paulista. Dentre estes municípios, metade é de categoria C, que são Goiana, Ilha de Itamaracá e Paulista. Ademais, se dividem com Igarassu na categoria D, Itapissuma na categoria E e Olinda com a B (BRASIL,2022).

Gráfico 04: Número de municípios por categoria (Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião).

Categorização de municípios da Costa Náutica Coroa do Avião



Fonte: Brasil, Mapa do Turismo Brasileiro (2022).

No quadro 02, é possível observar o relatório geral sobre a região turística costa náutica coroa do avião, estando distribuídas as informações que caracterizam cada município em suas respectivas categorias. Existem municípios que não registram algumas informações, ainda assim o cálculo feito para avaliação de categoria determina que fiquem acima da categoria E.

Quadro 02: Distribuição dos municípios da Região Costa Náutica Coroa do Avião por categoria.

Municípios	Qt. turistas domésticos	Qt. turistas internacionais	Qt. estabelecimentos	Empregos	Arrecadação	Categoria
Olinda	173.519	10.489	25	350	3.309.224	B
Paulista	52.190	526	10	168	1.171.442	C
Goiana	130.850	379	9	35	437.235	C
Ilha de Itamaracá	158.368	355	6	55	-	C
Igarassu	25.667	515	2	26	-	D
Itapissuma	0	0	0	0	-	E

Fonte: Brasil, Mapa do Turismo Brasileiro (2022).

Como é o caso da Ilha de Itamaracá que apesar de não apresentar a informação sobre arrecadação conseguiu chegar a uma média que proporcionasse classificação na categoria C. Enquanto Igarassu apresenta dados que são o mínimo exigido para o cálculo da média e ficou na categoria D. Ao comparar os relatórios gerados pelo mapa do turismo brasileiro, de Igarassu com os demais municípios, fica evidente a diferença nos dados registrados em cada variável.

A quantidade de turistas domésticos de Igarassu não alcança a metade do número declarado por Paulista, que da categoria C é o membro com a menor representação. Já na quantidade de turistas internacionais, Igarassu consegue superar Goiana e a Ilha de Itamaracá. Novamente na quantidade de estabelecimentos de hospedagem formais, o município de Igarassu fica em desvantagem e possui registrado o mínimo requisitado até para a categoria D. Consequentemente, o número de empregos formais nos empreendimentos de hospedagem são baixos. Enquanto na arrecadação, não existe o registro de valores em três municípios, Ilha de Itamaracá, Igarassu e Itapissuma, sendo o último na categoria E, pois não registrou nenhum dado das variáveis.

De acordo com as informações do quadro 01, são poucos os requisitos utilizados para calcular a categoria de cada município e caso ela não alcance o mínimo em alguma das variáveis, não significa que não será categorizado.

Igarassu, objeto de pesquisa selecionado para a investigação, é situado no estado de Pernambuco, sua fundação se deu depois da vitória dos portugueses sobre os habitantes nativos pertencentes à tribo Caetés em 27 de setembro de 1535. Atualmente, o município integra a Região Metropolitana do Recife e está a aproximadamente 27 km de distância da capital

pernambucana, é conhecido por possuir um Centro Histórico com um conjunto arquitetônico belíssimo e a capela mais antiga em funcionamento do Brasil, atualmente denominada de Igreja do Santos Cosme e Damião, erguida no mesmo ano de fundação do povoado segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). O município conta também com diversos recursos turísticos, como a Praia do Capitão, conhecida popularmente como Mangue-Seco, Ilhota da Coroa do Avião, o Sítio Histórico com igrejas e museus abertos ao público, além de espaços privados que também recebem visitantes, mediante agendamento, como o Aeródromo Coroa do Avião, onde é possível realizar passeios de avião com salto de paraquedas, sendo uma opção de turismo de aventura.

Além disso, existe um conjunto de atividades econômicas que o turismo pode se relacionar e criar uma cadeia produtiva local. Sobretudo, pelo peso que Igarassu tem na história do Brasil e de Pernambuco, sendo um local com características estruturais e culturais semelhantes a municípios que são destaque no turismo de Pernambuco e a importância dos municípios buscarem subir no grau de classificação das categorias, considerando que aqueles classificados na categoria C recebem mais subsídios do PRT em relação às cidades na categoria D. Ao analisar as variáveis de municípios brasileiros com características semelhantes das categorias D e C, conclui-se que os municípios que migram da classificação D para a C agregam mais valor aos seus serviços em comparação com as demais categorias do Programa de Regionalização do Turismo segundo Silva, Silva Neto e Tabak (2022, tradução nossa).

Metodologia

A construção do artigo foi feita por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa que segundo Prodanov e Freitas (2013) não requer o uso de métodos estatísticos, pois a coleta de dados se dá em contato direto com o ambiente e o objeto de estudo.

Utilizando o método de pesquisa bibliográfica com abordagem exploratória, que de acordo com Menezes *et al.* (2019), em um trabalho de caráter exploratório é bastante corriqueiro que seja realizado um estudo bibliográfico. Por isso, a revisão bibliográfica foi realizada em fontes secundárias através de pesquisas na base de dados de portais acadêmicos, como o agregador Google Acadêmico, com a finalidade de criar um inventário de artigos relacionados com o tema selecionado a partir da associação do conteúdo com o objetivo do trabalho, buscando pelas palavras-chaves: regionalização do turismo; categorização dos

destinos turísticos; categorização PRT e Igarassu. Para Gonsalves (2003, p. 65), a pesquisa exploratória:

[...] é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Foram utilizados os sites oficiais do Governo Federal, em busca dos documentos e leis norteadores que apontem os critérios utilizados na categorização dos municípios turísticos com base no PRT, a exemplo do Mapa do Turismo brasileiro que foi utilizado para gerar relatórios para o ano de 2022, mostrando a quantidade de municípios em cada categoria junto aos critérios utilizados para categorização e os índices atingidos por cada cidade, com foco na Região Costa Náutica Coroa do Avião, onde Igarassu é o objeto de pesquisa e se encontra categorizado no nível D.

Para a coleta de dados desta pesquisa, foi usada a técnica da entrevista estruturada, pois obedece a um roteiro pré-estabelecido a ser seguido pelo entrevistador e entrevistado. A partir de três entrevistas com os agentes do setor público de turismo do estado e do município foi avaliada a situação atual do objeto de pesquisa em relação à categoria turística dele, buscando saber as principais ações realizadas com foco nos critérios necessários para ascender de categoria D para C no Programa de Regionalização do Turismo. As entrevistas foram gravadas, autorizadas pelos entrevistados e realizadas durante os dias 24 e 26 do mês de agosto de 2022.

A primeira foi realizada na Secretaria de Turismo do Município de Igarassu com um tempo de gravação de 13 minutos, a segunda foi respondida pela Secretaria Executiva de Turismo do Município que fica responsável pelo envio dos dados utilizados na categorização da cidade com gravação de 10 minutos, a terceira buscou a visão da Empresa Pernambucana de Turismo, tendo sido realizada no escritório da EMPETUR com o gerente de destinos turísticos também responsável pela categorização dos municípios do estado e com tempo de gravação de 53 minutos.

O roteiro continha 6 perguntas para os profissionais da gestão pública do município, com tema sobre os critérios utilizados para categorização do município e o que estavam fazendo para cumpri-los, já com o profissional do meio estadual foi feita com intuito de saber se tinha ciência das ações ditas pelos agentes do município, o engajamento e cooperação dos membros da região onde se encontra o objeto de estudo. Dessa forma, verificando se havia um alinhamento entre os discursos. Sobre os temas abordados nessa etapa, foram eles:

Quadro 03: Estrutura dos temas utilizados na entrevista com os agentes públicos do turismo, municipal e estadual.

Temas abordados nas entrevistas com os agentes públicos de turismo, municipal e estadual
<ul style="list-style-type: none">● Consciência sobre PRT e engajamento do município para avançar de categoria;● Benefícios existentes para a categoria D e C;● Cooperação entre agentes envolvidos na atividade turística e municípios da região turística Costa Náutica Coroa do Avião;● Principais dificuldades em atingir os critérios da categorização;● Como é feito o cálculo para definir a posição de cada município em suas respectivas categorias.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Após a gravação das entrevistas, elas foram transcritas com a função de um site chamado *Sonix* e revisadas pelos autores para garantir fidelidade ao áudio gravado. O tratamento dos dados das entrevistas foi feito com base na análise de conteúdo indicada por Bardin (1977), que consiste em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, foi feito o primeiro contato com os dados, leitura, formulação das hipóteses, objetivos da análise para que fosse possível fundamentar a interpretação final.

Na segunda fase, foi feita divisão por temas, dessa forma ficou clara a tendência das respostas nas falas transcritas dos entrevistados.

Na terceira fase, foram substanciados os dados e gerados os resultados conforme consta nos resultados obtidos apresentando trechos das falas dos entrevistados associados ao que sugere a literatura.

Discussão dos Resultados

Os resultados são dispostos a partir da uma separação dos temas encontrados nas respostas dos agentes da Empresa Pernambucana de Turismo, Secretaria de Turismo de Igarassu, Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu, com intuito de encontrar a perspectiva de cada uma das entidades sobre a situação do município em relação a categorização do Mapa

do Turismo Brasileiro e o que vem sendo feito por cada um para melhorar a categoria do objeto de estudo na pesquisa.

Corroborando com o que foi dito por Henderson (2001), os agentes envolvidos precisam atuar em conjunto para proporcionar desenvolvimento da região turística em que estão inseridos. Com relação à consciência do papel da Secretaria de Turismo de Igarassu e da EMPETUR no PRT, os entrevistados afirmam ter conhecimento e que estão engajados em ações que envolvem o turismo e o Programa. A EMPETUR tem seu papel na relação dos municípios com o PRT como um agente sensibilizador, afirmando na entrevista concedida:

- [...] então, é através dos estados que é feita a articulação, a sensibilização dos municípios e gestores municipais e o trade turístico e sociedade civil para que seja implementado. É interessante salientar que o programa não é obrigatório. Ele é um programa de adesão. Então o município adere se quiser [...].

Quando perguntado sobre a consciência e engajamento do município de Igarassu em relação ao PRT e a categoria atual em que se encontra, o entrevistado destaca que estão empenhados e realizando ações de base para fomentar a atividade turística, conforme é orientado pelo MTur. As falas dos entrevistados das Secretarias de Turismo de Igarassu (geral e executiva) se complementam:

- **Entrevista com a Secretaria de Turismo de Igarassu:**
 - [...] o que nós estamos fazendo é criando um trabalho de base junto ao patrimônio histórico e com as pessoas que fazem cultura no município em todos os níveis [...], fazendo um trabalho com o pessoal da cultura na base, a partir daí, criando os elementos para que nós possamos apresentar nossa cidade para o turista. Esse é fundamentalmente o que nós estamos fazendo.
 - Com relação às informações específicas [...], a gente vem fazendo ações, desenvolvendo uma pesquisa de campo, fazendo esse levantamento. [...]. Para isso a gente criou, um QR Code, para que o turista possa rapidamente responder uma pequena pesquisa que ele pode responder de casa, no caminho ou em loco, em vez de ele estar respondendo uma pesquisa no papel para que tudo fique mais rápido e ele possa querer fazer e responder para que a gente possa contar.
- **Entrevista com a Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu:**

- Atualização do nosso Inventário da Oferta Turística; COMTUR funcionando ativamente; participação ativa de Igarassu na instância de governança regional, Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião; criação de novos produtos e rotas turísticas [...].

Quando foi perguntado como é feito o registro de dados que são necessários para a categorização do município, a Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu, informou: “Nos meios de hospedagem, no nosso CAT, Museus, através do livro de visitas digital, disponibilizado em QR Code durante o atendimento”.

Questionou-se, também, com relação às ações de formalização dos empreendimentos turísticos, que é uma variável no PRT:

- Entrevista com a EMPETUR:
 - A gente fez algumas ações com alguns municípios que procuraram a gente para incentivar o CADASTUR, teve município que a gente teve um sucesso “danado”. Foi um “monte” de gente, hotéis que não, ou até os que tinham CNPJ, mas que estavam atrasados, ajeitaram e fizeram o CADASTUR. O pessoal foi fazendo na hora. A gente teve estudante, gente que a gente conseguiu um número muito grande de novos cadastros.
- Entrevista com a Secretaria de Turismo de Igarassu:
 - Nós temos aqui Igarassu, dois elementos que são muito fortes nessa direção. A Agência Desenvolvimento, ligada exatamente que cobre a questão do fomento e da formalização de micro, pequenas, médias empresas e também do MEI. E nós temos a secretaria, uma secretaria que trata e cuida exatamente do comércio, que tem nos ajudado muito nesse sentido e que tem se desenvolvido, então esse trabalho da Agência Desenvolvimento mais Secretaria de Comércio é quem tem dado esse cunho de ter consistência nessa informação.

Em relação à falta de informação sobre a arrecadação de impostos com a atividade turística no relatório do mapa do turismo brasileiro, a secretária de turismo municipal respondeu da seguinte forma:

- [...] a questão fiscal, você coloca aí uma questão mais delicada que a gente também está trabalhando nesse sentido, a receita municipal, que é quem nos forneceria, teoricamente, essa informação [...].
- O atual programa da gestão, até agora, apresenta esses dados de forma geral. No entanto, nos próximos anos, a Prefeita irá buscar apresentar esses dados de forma segmentada para facilitar a compreensão desses dados.

Os entrevistados foram questionados sobre os recursos que cada categoria proporciona aos municípios, no sentido de acesso a editais e distribuição de verba oferecidos pelo MTur, como é determinado pela portaria nº 144 no Diário Oficial da União (BRASIL, 2015).

Quando questionados sobre os benefícios específicos de cada categoria, a EMPETUR respondeu:

- [...] olhe, a categorização foi criada para ser um meio de equilibrar a distribuição das verbas de transferência voluntária do Ministério. O processo de transferência voluntária é feito através de abertura de editais. Então, o Ministério abre editais para determinada coisa e os municípios que estão dentro do programa, conseqüentemente, no mapa de turismo brasileiro, eles apresentam projetos, inserem os projetos através do Siconv, que é o sistema de convênios do governo federal. O Siconv não funciona só para o Ministério do Turismo, mas ele é para todos os ministérios. E aí, quando você vai inserir o projeto, aí você direciona para aquele edital, daquele ministério e aí ele é analisado e dependendo da verba e dependendo da proposta do projeto, se for aprovado, ele é financiado [...].
- [...] então ele pode abrir tanto para um evento para você captar recursos para um evento de uma festa do município, quanto para saneamento básico, calçamento de ruas, requalificação de praças e construção de pátios, A criação ou ampliação de espaços culturais e museus. Tem uma gama muito grande de projetos de editais que são emitidos pelo Ministério. E aí entra a questão da categorização. Eles criaram essa categoria. São cinco categorias e alguns editais são voltados para uma categoria mais alta, tipo A e B, mas alguns outros são voltados para os municípios de categoria D, por exemplo [...].

Como dito anteriormente sobre os benefícios em estar na categoria C e D, a fala dos agentes corrobora com a dos autores Silva, Silva Neto e Tabak (2022, tradução nossa), quando afirma que os municípios que conseguem a migração de D para C, agregam mais valor aos seus serviços em comparação com as demais categorias do PRT, como também foi relatado pela Secretaria de Turismo de Igarassu na sua entrevista:

- Entrevista com a Secretaria de Turismo de Igarassu:
 - Quando a gente está na categoria D, o ideal é colocar as vantagens. Elas começam a aparecer num volume maior na categoria C para cima. [...], mas mesmo assim a gente não deixou de receber valores consideráveis de investimentos por parte do Ministério do Turismo. Agora pouco nós conseguimos para a Coroa do Avião, investimentos. Nós conseguimos captar cerca de R\$6,5M para que a gente possa fazer com que a coroa do

avião receba energia elétrica, água tratada e também tratamento de esgoto, que isso para a ilha é muito significativo. A gente tem um projeto aí muito bom, mas que fundamentalmente depende disso. Água, luz, esgoto, saneamento básico. Sem isso a gente não consegue [...]

Quando questionamos o agente do município se na categoria C o município teria acesso a mais recursos, ele declarou: “É, muito melhor a gente conseguiria muito mais recursos. Mas a gente tem conseguido mais emendas positivas muito boas nesse sentido”.

A cooperação entre agentes envolvidos na atividade turística e municípios da região turística Costa Náutica Coroa do Avião é crucial para que os membros consigam se tornar competitivos economicamente com relação às demais regiões, conforme afirmado por (HENDERSON, 2001). Os entrevistados informaram que existe uma boa relação entre a maioria dos membros da região em que Igarassu está inserido e que o município está empenhado no fornecimento de dados para o Governo Estadual, corroborando com o proposto pelo Programa de Regionalização do Turismo sobre criar oportunidades para os destinos de acordo com (BRASIL, 2019). Porém, não há detalhes sobre a colaboração de Igarassu e demais municípios da mesma região turística. Sobre isso os entrevistados relataram:

- Entrevista com a EMPETUR:
 - Igarassu é uma das pouquíssimas cidades que me mandam um inventário atualizado anualmente. Todos os anos a gente recebe e são poucas as cidades que fazem isso.
 - Eles estão trabalhando muito direitinho, muito direitinho, sabe? Eles estão trabalhando com união muito grande, à exceção de Goiana [...] mas eles têm trabalhado de uma forma muito bacana, com união muito grande, com uma união entre setor público e setor privado. O empresariado de lá está bastante atuante, sabe? Estão montando coisas e tal, estão criando atividades deles mesmo. Então é um negócio assim, muito bacana mesmo.'
- Entrevista com a Secretaria de turismo de Igarassu:
 - Sim. Isso é muito tratado nos encontros do PRT e do COMTUR, inclusive temos dois representantes da sociedade civil participando ativamente no PRT.

Desafios encontrados e propostas de melhoria

Entre os principais desafios para atingir os critérios da categorização, os entrevistados destacam a dificuldade na regularização de profissionais na área de turismo, a sensibilização dos envolvidos com relação ao fornecimento dos dados necessários para a categorização, incluindo alguns gestores que não perpetuam as ações voltadas para a permanência no mapa do turismo, além do déficit de projetos para submissão para captar recursos.

- Entrevista com a EMPETUR:
 - Há uma dificuldade muito grande dos municípios, ter pessoas que saibam aprontar projetos para o Siconv [...] não adianta chegar aqui só com uma boa ideia. Então, isso é uma das grandes dificuldades que a gente tem no desenvolvimento do programa. Mas é assim, infelizmente ainda é assim e a gente tem que fazer um trabalho de “formiguinha” a cada oito anos, começar tudo do zero. Vai começar tudo de novo se não tiver um mesmo grupo [...].
 - Aí é essa questão da falta de visão do gestor, que é um “inferno” na vida da gente. Então os meninos (Secretaria de Turismo de Abreu e Lima), eles tinham feito um trabalho bacana e inclusive passou um pessoal lá que fez sinalização daquela área da colônia de pescadores da que é uma área linda [...]... Era um negócio bacana. Fizeram a sinalização, fizeram trilhas, fizeram a capacitação de condutores lá e depois a coisa morreu, dá uma pena.

Em razão dessa dificuldade narrada pelo Órgão de Turismo do Estado de Pernambuco, seria de suma importância a realização de cursos de capacitação com iniciativa da EMPETUR sobre criação de projetos voltados para os editais que são disponibilizados por um curto período, um tempo que não é suficiente para elaboração de um projeto que já não esteja iniciado com antecedência.

Por parte da gestão do município, caberia a criação de uma equipe voltada para manter um banco de projetos atualizado, ajustar os projetos aos requisitos dos editais que venham a surgir e prezar pela manutenção da equipe capacitada independentemente das movimentações políticas na prefeitura.

Essa ação conjunta entre os órgãos públicos responsáveis pelo turismo poderia oferecer aos municípios dentro do mapa do turismo brasileiro a oportunidade de captação de recursos para diversas áreas utilizando o PRT.

Com relação às dificuldades na coleta de dados de número de turistas nacionais e internacionais que são variáveis de classificação, foi relatado nas entrevistas:

- Entrevista com a EMPETUR:
 - A gente tem andado para trás na questão de coleta de dados, de pesquisa, essas coisas. [...]. Alguns estados têm evoluído, criado o Observatório de Turismo, que é uma ajuda tremenda, mas o próprio governo federal, quem tem voltado (retrocesso na coleta de dados). Então a gente tem aqui duas pesquisas, para atender a demanda nacional e internacional. A pesquisa de demanda internacional normalmente é feita nos portões de entrada das capitais e nas cidades de fronteira, que são portão de entrada internacional. Então a amplitude é muito pequena.

- Entrevista com a Secretaria de Turismo de Igarassu:
 - [...] nós temos aí uma fragilidade muito grande na questão da medição, de medir o fluxo de turistas, principalmente porque o nosso turista é um turista de passagem e, em geral, o turista de passagem ele se registra pouco [...];

Baseado nisso, para que seja possível manter atualizado os dados de turistas nacionais e internacionais que visitam a cidade, seria necessário uma abordagem mais efetiva do Centro de Atendimento ao Turista. A coleta desses dados não precisa se manter restrita ao turista que entra no Centro de Atendimento ao Turista, localizado no sítio histórico de Igarassu. Sendo possível mobilizar periodicamente a equipe que realiza o registro desses visitantes, colocando os colaboradores do CAT distribuídos nos pontos turísticos da cidade munidos das ferramentas de coleta de dados utilizados pela Secretaria de Turismo. de forma que viabilize a retenção de uma variedade de respondentes, visto que os atrativos da cidade não estão concentrados em apenas um local.

Entre as dificuldades, os entrevistados ressaltam a demora na avaliação dos dados submetidos ao Governo Federal, sendo a última verificação em 2019, antes da pandemia de COVID-19. Dessa forma, muitos que se empenharam em regularizar e fornecer dados claros após essa última avaliação não foram evidenciados no Mapa do Turismo.

- Entrevista com a EMPETUR:
 - E aí tem essa questão de que eles fizeram isso pela última vez pela mídia em 2019. E o pessoal (os municípios) tá muito irado, porque de lá para cá eles já se organizaram[...] estão empenhados nisso de formalizar os meios de hospedagem, essas coisas e não tiveram o bônus desse trabalho feito. Não é pra isso mesmo que o reconhecimento está exatamente.

Se há condições de mudar de faixa da categorização, eles vão poder pleitear um nível maior de verbas, essas coisas, em qualquer prova e em qualquer projeto.

- E a gente está tentando ver se consegue sensibilizar, mas é muito difícil. Por causa das mudanças políticas. Você passa a quatro ou oito anos e muda. [...]. O que a gente vem batendo todo tempo é que precisa engajar a sociedade civil e o empresariado nesse programa, porque as regiões no Brasil as IGAs (instâncias de gerência regionais) que deram certo são geridas pelo setor privado [...].
- Entrevista com a Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu:
 - Os últimos dados são do ano de 2019 e não houve uma nova avaliação (por parte do Governo Federal).

Como a arrecadação de impostos com a atividade turística é uma variável na classificação e os entrevistados concordam que a informalidade no setor é alta, foi perguntado sobre como era feito o registro dessa informação com os poucos que são regularizados.

- Entrevista com a Secretaria de Turismo de Igarassu:
 - Ela (agência de desenvolvimento) também está implementando um trabalho de formalização muito significativo no município, para que a gente possa também subir nesse sentido. Só que é um trabalho delicado, porque como Igarassu é uma cidade [...], onde a informalidade ao longo dos anos foi uma coisa muito presente ou é uma coisa muito presente. O convencimento das pessoas a se formalizarem não é uma coisa fácil e tem nos dado um tanto de trabalho, principalmente no período de pandemia e pós pandemia, que fragilizou muita gente e empurrou muita gente para a informalidade.
 - [...] quando eu digo os que seriam classificados como ambulantes nas nossas praias, nossas ruas. Isso dificulta bastante essa medição e mesmo os que estão de maneira formal a gente também tem essa dificuldade com relação a ter um trabalho mais eficaz em relação à fiscalização. Então, a gente se baseia muitas vezes no resultado do ICMS e nem sempre esse resultado nos parece assim, de fato confiável. Não nos dá uma clareza dos números [...] E depende muito, além de ter essa questão da informalidade tem a questão de os que são formais têm essa dificuldade em querer declarar o quanto eles recebem com a atividade.

Diante disso, a realização de mutirões de sensibilização e cadastramento dos empreendimentos de hospedagem no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos

(CADASTUR) poderiam ser feitos pelo órgão municipal de turismo. Conforme é dito pelo secretário de turismo de Igarassu, existem ações de sensibilização sobre a importância da formalização dos empreendimentos e empregos na área feitos pela Agência de Desenvolvimento da cidade. Seria proveitoso realizar encontros em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para que, além disso, fosse feita a capacitação desses profissionais e que a Secretaria de Turismo se dispusesse a realizar o cadastro para os empreendedores, visto que muitas pessoas por medo da burocracia acabam por negligenciar o registro formal de suas atividades. Seria de suma importância inventariar e manter atualizado os empregos na área de turismo, tanto nos empreendimentos de hospedagem e outros empregos formais na área de turismo, além de fazer um levantamento real dos dados sobre arrecadação nos empreendimentos turísticos, e manter a base atualizada.

Os agentes públicos de turismo foram questionados se possuíam conhecimento sobre como era feito o cálculo para que um município seja classificado em determinada categoria, com os valores médios que estão dispostos no quadro 01. Considerando que não existe descrição no PRT sobre esse método. O Ministério do Turismo apresenta essa informação com a última atualização em 2019, em um documento independente sobre dúvidas recorrentes com relação à categorização. Nenhum dos respondentes soube especificar esse cálculo. Como ficou evidenciado na fala da entrevista com a EMPETUR:

É porque não tem uma quantidade efetivamente, eles têm uma fórmula de cálculo para isso. Então não é assim, X os meios de hospedagem. Eles aplicam a fórmula da proposta da análise de cluster dele usando o peso e usando essas coisas.

Independente desses fatores, cabe ao município manter a base de dados atualizada para que numa futura avaliação do MTur a localidade seja melhor evidenciada dentro do Mapa do Turismo e conseqüentemente no Programa de Regionalização do Turismo.

Considerações Finais

O trabalho explorou a categorização turística aplicada no Brasil que tem como base o Programa de Regionalização do Turismo. Foi desenvolvida uma revisão bibliográfica com os temas sobre o processo de regionalização turística usado internacionalmente e nacionalmente. O objetivo da pesquisa era identificar as ações necessárias para que o município de Igarassu possa migrar da categoria D para C no Programa de Regionalização do Turismo. Para isso,

foram realizadas entrevistas com entidades da gestão pública do turismo estadual e municipal com intuito de averiguar o posicionamento entre estado e município sobre a situação atual da cidade e o que vem sendo feito para buscar melhorias dentro do PRT, dessa forma foram identificados os principais desafios encontrados pelos responsáveis por fornecer as informações utilizadas para categorização turística e, baseado nisso, foram feitas as propostas de melhoria após os resultados e discussões.

O estudo evidenciou que os entrevistados declararam ter consciência sobre o Programa e o nível de engajamento de cada um, foi verificado que Igarassu tem dificuldade nos levantamentos dos dados sobre o número de turistas internacionais e domésticos, além da informalidade nos empreendimentos e empregos na área de turismo, que inclui os empreendimentos de hospedagem e seus empregos formais, foi destacado pelos entrevistados uma sensação de “medo” por parte dos empreendedores para se formalizar.

As entrevistas apontaram que todos os respondentes declararam que o município de Igarassu está trabalhando para conseguir transfigurar o baixo número de empreendimentos e empregos formais na hospitalidade, realizando ações de sensibilização com apoio da Agência de Desenvolvimento da cidade, além de manter e entregar ao Governo do Estado os dados atualizados, apesar da demora na avaliação por parte do Governo Federal. Assim sendo, os dados sobre arrecadação nos empreendimentos não são registrados e os entrevistados não declararam ter conhecimento sobre algum plano para reverter essa situação. Ao sanar essas dificuldades, o município tem condições de migrar de categoria em uma futura avaliação do Governo Federal.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) proposto pelo ministério do turismo brasileiro, apresenta a categorização turística dos municípios brasileiros e distribuição em regiões turísticas como uma forma de conseguir promover a cooperação entre cidades com características socioculturais e geográficas parecidas de forma que consigam se comercializar em conjunto e se tornar destinos competitivos em relação a demais regiões. O PRT apenas leva em consideração as características quantitativas de cada cidade sobre empreendimentos de hospedagem formais e número de turistas que se registram, não sendo muito abrangente para os municípios que são de passagem, como é o caso de Igarassu e diversas outras cidades distantes dos polos turísticos, e dificulta a ascensão de municípios com tais características no Mapa do Turismo.

Dessa maneira, as capitais que geralmente são o núcleo turístico de seus estados, sempre permanecerão na categoria A, enquanto cidades menores que não possuem os mesmos recursos

para pesquisas e coletas de dados abrangentes ou não possuem portões de entradas de turistas como portos e aeroportos acabam ficando em desvantagem no registro das variáveis exigidas.

O Programa coloca a categorização como uma maneira de distribuir recursos de maneira equilibrada, oferecendo abertura de editais de distribuição de verba para diversas áreas além do turismo, como por exemplo, infraestrutura básica. Assim, aquelas cidades que possuem saneamento básico precário podem, por meio da submissão de projetos, conseguir verba para essas questões. Essa proposta de conseguir recursos para áreas essenciais por meio do Ministério do Turismo se mostra atrativa e vantajosa, mas as prefeituras que possuem mais recursos irão se beneficiar, já que possuem equipes mais qualificadas e preparadas para atender aos critérios de editais de eventos, infraestrutura etc.

É de senso comum que como qualquer pesquisa, essa não se isenta de limitações, seja teórica ou metodológica que podem não ter sido reconhecidas pelos autores durante os estudos e as entrevistas, existiram momentos em que os entrevistados se desviavam da pergunta ou apenas respondiam sem profundidade, por exemplo, quando perguntados sobre como é relação e a colaboração entre os municípios da região Costa Náutica Coroa do Avião. Os resultados podem clarificar o tema da categorização turística dos municípios, utilizando um exemplo prático, e contribuir para pesquisas futuras que tenham esse tema como base.

Por fim, esse estudo contribuiu para a verificação sobre a aplicação da categorização turística em um município e proposição de ações para que seja possível ascensão de categoria e, conseqüentemente, o acesso a mais recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo. Espera-se que os resultados encontrados possam contribuir para avanços na discussão sobre o tema e a efetividade do PRT.

Como sugestão de pesquisas futuras, poderia ser realizada uma investigação dos municípios que conseguiram avançar de categoria, quais foram os impactos provocados quanto a obtenção de recursos públicos, bem como quais foram os métodos utilizados pelos municípios da mesma região para conseguir obter as informações requisitadas pelo Mapa do Turismo Brasileiro.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: perguntas e respostas. Brasília, DF, 2010. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Conteúdo Fundamental:** ação municipal para a regionalização do turismo. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). Gabinete do Ministro. Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 130, nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa, do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur no 313, de 3 de dezembro de 2013 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 125, nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Programa de Regionalização do Turismo:** diretrizes. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Regionalização:** sensibilização e mobilização. Brasília, DF, 2019.

CHANG, T. C. Configuring new tourism space: exploring Singapore's regional tourism forays. **Environment and Planning A: Economy and Space**, Vancouver, v. 33, n. 9, p.1597 - 1619. 2001.

GIL, Antonio. C. et al. Fundamentos Científicos da Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 35, p. 68-81. 2013.

GLAMUZINA, Nikola; MADŽAR, Ivan; PUTICA, Jelena. Regional aspects of modern tourism development of Bosnia and Herzegovina. **Hrvatski Geografski Glasnik**, Zagreb, v. 83, n. 2, p.61–79, mar.2017.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea. 2003.

HENDERSON, John C. Regionlisation and Tourism: The Indonesia - Malaysia - Singapore Growth Triangle. **Current Issues in Tourism**, Londres, v. 4, n. 2-4, p.78-93, mar. 2001. <https://doi.org/10.1080/13683500108667883>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dados estatísticos e históricos sobre Igarassu/PE. Engloba diversos dados estatísticos. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/igarassu/historico>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes *et al.* **Metodologia científica:** teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed.. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em:
https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf. Acesso em: 13 de set 2022.

SILVA, Thiago C.; SILVA NETO, Pedro V. da.; TABAK, Benjamin M. Tourism and the economy: evidence from Brazil. **Current Issues in Tourism**, Londres, v. 25, n. 10, p. 1-13, mar. 2022. <https://doi.org/10.1080/13683500.2022.2048804>.

SOBOTKA, Slawomir. A Proposal for a Tourism Regionalization of Poland Based on the Highest Levels of Tourism. **A Region.Turyzm**, Łódź, v. 24, n. 2, p.32-38, dez. 2014.